

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ARMARINHO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DE SEUS SETORES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 - SRP

INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS: 08/07/2024 às 08:00

FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS: 17/07/2024 às 09:30

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 17/07/2024 às 10:00

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://bll.org.br>

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.857.123/0001-95, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Praça Moisés Félix dos Santos, 274, Centro, Cândia Sales/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Maurílio Lemos das Virgens, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme descrito neste edital e seus anexos, nos termos dos Decretos Municipais nº 256/2023, 257/2023, 258/2023 e 260/2023, aplicando-se subsidiariamente no que couber as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dentre outras cominações legais, e pelos princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

A sessão de processamento do Pregão será realizada em endereço eletrônico **<https://bll.org.br>**, com o período do recebimento das propostas do dia **08/07/2024 às 08:00h** até **17/07/2024 às 09:30h**. O horário do início de disputa será **17/07/2024 às 10:00h** e será conduzida pela Pregoeira Municipal, com o auxílio da Equipe de Apoio.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente processo é **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ARMARINHO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DE SEUS SETORES**, observadas as especificações do Termo de Referência, conforme **ANEXO I**.

1.2. O certame seguirá a modalidade do Pregão Eletrônico mediante o **Registro de Preço**, adotando-se o critério de julgamento do **MENOR PREÇO POR LOTE** sob o modo de disputa **ABERTO-FECHADO**.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – **BLL**, a qual é integrada ao Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), em respeito ao artigo 175 §1º da Lei 14.133/21.

2.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pelo acesso ao site <https://bll.org.br/> e subsequente registro da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos no preâmbulo e quadro resumo deste Edital

2.2.1. A sessão de processamento do Pregão será conduzida por um dos Pregoeiros, com o auxílio da Equipe de Apoio.

2.3. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cândido Sales, <http://www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmcandidosales/diario>, e no Portal da Transparência do Município. As demais condições constam do presente edital, seus anexos e minuta do contrato/ata de registro de preços (art. 37, Constituição Federal).

2.3.1. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

2.3.2. Sempre que a sessão pública do pregão precisar ser suspensa ou reaberta, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata"

2.4. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do **ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação** que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, bem como as demais normas que regem a sua atividade (art. 5º, inciso XIII, 170, Constituição Federal) e apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões).

3.2. Não poderão disputar esta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:

- a)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- c)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e)** Empresas consorciadas, uma vez que o consórcio cerceia a concorrência que poderia existir entre as empresas que o formam;
- f)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g)** Empresas com falência decretada;
- h)** Entidades do Terceiro Setor;
- i)** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- j)** Cooperativa de trabalho utilizada para intermediação de mão de obra subordinada;
- k)** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.

3.3. A obtenção de benefícios pela condição de microempresa e empresa de pequeno porte fica limitada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo 4º, §2º da Lei 14.133/21.

3.4. A participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa fica condicionada ao atendimento dos requisitos do artigo 16 da Lei 14.133.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BLL – Bolsa de Licitações do Brasil**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.1. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou através da Bolsa de Licitações e Leilões pelo e-mail ou pelos telefones **(41) 3042-9909 e 3091-9654**.

4.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL – Bolsa De Licitações do Brasil**.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL – Bolsa de Licitações do Brasil** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.6. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias).

4.7. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.9. O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL – Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.10. O licitante deve comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A proposta com o valor dos itens e demais informações conforme ANEXO II, além de seus eventuais anexos, deverão ser inseridas em campo próprio, no sistema eletrônico, até a data e horário designados no preâmbulo.

5.1.1. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00);

5.1.2. A proposta e os lances respeitarão a quantidade mínima a ser cotada, mas não limitam em hipótese alguma a obrigação do proponente a quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

5.1.3. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

5.1.4. A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.1.5. A proposta deverá conter **indicação/especificação** da marca.

5.1.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.1.7. As propostas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega.

5.1.8. A proposta e seus anexos devem ser escritas com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

5.2. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3. A Proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo de **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.

5.3.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

5.3.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

5.3.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

5.3.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

5.4. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

5.5. Junto à proposta, sem prejuízo da exigência de outra documentação por parte do termo de referência, o licitante enviará declaração de que atende aos requisitos para a habilitação e de que a sua proposta está em conformidade com as exigências do edital de licitação, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega.

5.5.1. Havendo campo próprio, a declaração pode ser preenchida diretamente na própria plataforma utilizada para a licitação.

5.5.2 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Junto à proposta e à declaração acima, os licitantes enquadráveis como microempresas ou empresas de pequeno porte que quiserem se valer dos benefícios da Lei Complementar 123/2006

previstos neste edital deverão enviar declaração quanto a esta condição destacando que, neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, sendo este limite observado também na presente licitação.

5.6.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133, de 2021

6. PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1. O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta e seus eventuais anexos devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site **<https://bll.org.br/>**, opção “Acesso ao Usuário”.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance.

6.2.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.2.2. Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

6.2.3. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.4. Durante o transcurso da etapa de lances abertos, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema, vedada a identificação da titularidade do lance.

6.2.5. O licitante somente poderá oferecer valor inferior à proposta ou ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, mas não haverá intervalo mínimo na diferença de valores entre os lances ofertados por licitantes diferentes.

6.2.6. Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

6.2.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3. O agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório,

mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.3.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, nos termos acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.4. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **ABERTO – FECHADO**, os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

6.4.1. A etapa de lance tem duração mínima de **15 (quinze) minutos (fixo)**. Decorrido esse período, o sistema acusará mensagem de fechamento. Após, é iniciado o período aleatório, que pode durar até **10 (dez) minutos**. Encerrado esse período, também se encerra a fase dos lances abertos.

6.4.2. Na sequência, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas até 10% superiores, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.4.4. Encerrada a etapa fechada, os lances serão ordenados e divulgados em ordem crescente, sendo também disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes

6.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para Administração promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

6.6. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

6.6.1. Ocorrendo o empate, a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.6.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

6.6.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item **6.6**, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

6.6.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

6.6.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

6.7. Persistindo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.7.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.8. Os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via Sistema, por meio do “chat”. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

6.8.1. Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos no link “Enviar Mensagens”.

6.8.2. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes imediatamente e diretamente ao provedor: **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**.

7. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, sendo permitido que o agente de contratação sane erros ou falhas que não alterem a substância e a validade jurídica das propostas, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

7.1.1. Havendo necessidade, o agente de contratação solicitará ao licitante da oferta melhor classificada o novo envio da proposta e de sua eventual documentação complementar exigida pelo termo de referência adaptadas ao último lance ofertado, no prazo de 2 (duas) horas.

7.1.2. O prazo concedido pode ser prorrogado por igual período mediante solicitação com justificativa aceita pelo agente de contratação ou, de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.3.1. A inexequibilidade a partir deste indício só será considerada após diligência do agente de contratação que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências

quanto à confirmação da exequibilidade da proposta, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.4. Será considerado vício insanável a participação de empresa credenciada no sistema da plataforma **BLL** na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte na plataforma sem o envio da declaração do item 5.6.

7.5. Será desclassificada a empresa quando não enviar a declaração do item 5.5 ou quando a enviar sem expressamente dizer que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

7.6. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado

7.6.1. Esta negociação pode ser feita também durante a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada, antes de se desclassificar seu detentor exclusivamente em função de seu preço estar acima do máximo definido para a contratação.

7.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.6.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.6.4 Havendo necessidade em função do resultado da negociação, o agente de contratação solicitará o novo envio da proposta e de sua eventual documentação complementar exigida pelo termo de referência, adaptadas às novas condições vantajosas negociadas, no prazo de duas horas, prorrogado por igual período mediante solicitação com justificativa aceita pelo agente de contratação ou, de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

7.6.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.7. Imediatamente após registrado o resultado do julgamento, será concedido na sessão pública prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer quanto julgamento das propostas no posterior momento oportuno, sob pena de preclusão

8. HABILITAÇÃO

8.1. Aprovada a proposta no julgamento, o agente de contratação solicitará do detentor da proposta aprovada a apresentação dos documentos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas.

8.1.1. Os documentos particulares apresentados devem ser escritos com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis

8.2. A **habilitação jurídica** se dá mediante a juntada de documentação que demonstre a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, consistindo em:

- a) Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual ou EIRELI;
- b) Ato constitutivo em vigor e instrumento de designação dos administradores, arquivados no registro competente, para as demais sociedades;
- c) Decreto de autorização para funcionamento no Brasil, no caso de sociedade estrangeira.
- d) Documentos pessoais dos sócios.

8.2.1. Se o poder de representação do signatário da proposta não decorrer de previsão expressa do próprio ato constitutivo, é necessária a juntada de procuração, pública ou particular, com expressa previsão de poderes especiais para a prática dos atos extra-administrativos necessários para a contratação com ente público.

8.3 A **habilitação técnica** se dá mediante atestados que demonstrem uma capacidade operacional fornecimento de produtos similares de complexidade operacional equivalente ou superior.

8.4. As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) inscrição no cadastro de contribuintes federal, que consiste no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) quando o licitante exercer atividade empresarial;
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual, na forma da legislação local;
- c) regularidade fiscal

c.1) perante a fazenda federal, a ser provada mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais

e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, os quais já abarcam as contribuições sociais

c.2) certidão Negativa de Débitos Tributários ou Positiva com efeitos de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

c.3) certidão Negativa de Débitos Tributários ou Positiva com efeitos de Negativa Municipais;

d) regularidade relativa ao FGTS, comprovada mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;

e) regularidade perante a Justiça do Trabalho, comprovada mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou certidão positiva com os mesmos efeitos;

f) declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal, mediante apresentação de declaração de que não há prática de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e nem de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

g) a observância ao disposto no artigo 63, IV da Lei 14.133, mediante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8.4.1. Os documentos exigidos de origem municipal ou estadual serão relativos ao domicílio ou sede do estabelecimento que executará a prestação contratada.

8.4.2 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, e a regularidade em questão somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou ata.

8.4.3 A regularidade relativa à Seguridade Social é comprovada com a mesma certidão exigida para a regularidade fiscal perante a fazenda federal, mas situações de dispensa da regularidade fiscal não eximem o licitante, em hipótese alguma, de demonstrar a regularidade com o sistema da seguridade social.

8.5. A habilitação econômico-financeira:

8.5.1. Certidão negativa de falência ou insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

8.5.2. Termo de Abertura e Encerramento do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira

da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.5.2.1. Índices contábeis:

Liquidez Corrente:

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O resultado ">" (maior ou igual) a 1,00, demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo, de forma que não será aceitável resultado menor do que 1,00, pois demonstra que a empresa não possui recurso financeiro para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

Liquidez Geral:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo, sendo vedado o aceite de índice menor do que 1,00, que demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das empresas.

Solvência Geral:

SG = ATIVO TOTAL PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices (ILG, ILC e ISG), o resultado ">" (maior ou igual) a 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc.), melhor será a condição da empresa.

Assim, justificamos que escolhemos esses índices, por retratarem a situação financeira equilibrada, que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

ILC: maior ou igual a 1,00; ILG: maior ou igual a 1,00; ISG: maior ou igual a 1,00.

Ante o exposto, essa exigência deve constar do Edital para demonstrar a situação EQUILIBRADA das licitantes, traduzindo os critérios objetivos do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresa em situação EQUILIBRADA é o mínimo que esta Administração Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato afastando assim, os licitantes com uma situação DEFICITÁRIA, uma vez que estes colocam em risco a execução do contrato.

Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.

8.5.3. Caso a certidão de falência e concordata aponte distribuição de recuperação judicial, deve ser apresentado Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

8.5.4. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa deverão apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo, em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6.1. O agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.6.2. Havendo dúvida sobre a autenticidade da documentação apresentada, pode o agente de contratação exigir reconhecimento de firma, apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.6.3. A apresentação da documentação original, quando solicitada, será enviada ao aos cuidados do Departamento de Licitações no prazo máximo de três dias úteis, no endereço Avenida Góes Calmon, nº 591, Centro, Cândia Sales/BA, CEP 45.615-000, mediante envelope lacrado indicando o nome e o número do cadastro de contribuinte federal do licitante, além do número e ano do processo licitatório.

8.6.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências quanto à complementação de informações ou atualização de documentos na forma acima prevista, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro

horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. A habilitação ou inabilitação será registrada em ata.

8.7.1. Imediatamente após o registro, será concedido na sessão pública prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer quanto ao ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

8.7.2. Inabilitado o detentor da proposta até então aprovada, o agente de contratação passará a examinar a conformidade da proposta subsequente, na ordem de classificação.

9. ENCERRAMENTO

9.1. Habilitado o detentor da proposta aprovada, o agente de contratação lavrará a ata da sessão, contendo registro de todas as ocorrências relevantes.

9.1.1 Da lavratura da ata da sessão, fica o licitante que havia manifestado intenção de recorrer, se houver, intimado para apresentar as razões do recurso via sistema, no prazo de três dias úteis.

9.1.2. Havendo apresentação das razões de recurso, sua interposição será divulgada para que os demais licitantes apresentem as contrarrazões no mesmo prazo.

9.1.3. Será assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.4 O recurso será dirigido ao agente de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.1.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados

9.2. Não havendo recurso, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2.1. Não sendo o caso de saneamento de irregularidades, revogação ou anulação, a licitação será homologada

10. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após a homologação da licitação, serão registrados na ata apenas os preços e os quantitativos do adjudicatário, respeitada a ordem de classificação.

10.1.1. Não será permitido registro de preços diferentes para o mesmo objeto e nem limitação da obrigação a quantitativo inferior ao máximo definido pelo termo de referência.

10.1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

10.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da homologação para assinar a ata e encaminhá-la ao Departamento de Licitações preferencialmente por meio do e-mail licitacao.pmcs21@gmail.com, sob pena de decair o direito de ter o preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas.

10.2.1. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

10.2.2. O prazo de cinco dias úteis poderá ser prorrogado desde que: (a) seja encaminhado requerimento, pela adjudicatária e antes do término daquele prazo, pelos mesmos meios descritos no item anterior, instruído com documentos, se o caso, e com as devidas justificativas; (b) Haja a concordância e autorização da Administração Municipal.

10.2.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte eventualmente declarada vencedora, o prazo para a assinatura da ata servirá também para regularização da habilitação fiscal e trabalhista, e a não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, também implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais previstas.

10.2.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas ou, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, não apresentar a regularização da habilitação fiscal e trabalhista, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.2.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar o registro nas condições em questão, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a ata nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.2.6. Serão exigidos dos licitantes remanescentes eventualmente convocados os requisitos de habilitação da licitação

10.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.3.2. Os preços registrados serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

10.3.3. A vigência da ata não se confunde com a duração do contrato que dela surge, o qual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços e terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da divulgação da ata, adstrita ao crédito orçamentário vigente.

10.3.4 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil

10.4. O termo de referência antecipará a intenção do órgão gerenciador em aceitar ou não a adesão de não participantes à ata, sendo, de toda forma, vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

11. ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

11.1. O órgão gerenciador da ata promoverá uma atualização periódica dos preços registrados, conforme rotina de controle própria desenvolvida, de modo a compará-los com os praticados no mercado.

11.2. Os preços registrados em ata poderão ser reduzidos caso se tornem superiores aos praticados no mercado, por motivo superveniente.

11.2.1. A Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.3. Os preços registrados em ata poderão ser aumentados caso seu custo tenha sido elevado em função de:

a) força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado;

b) criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais;

c) aplicação de reajuste previsto neste edital.

11.3.1. No caso de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado a ponto de ficar inviável frente as condições iniciais, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, para atualizar o preço de acordo com os valores praticados no mercado, a alteração depende de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso pactuado.

11.3.2. À exceção do reajuste previsto no edital, os demais casos de aumento do preço registrado dependem de requerimento por parte do fornecedor, acompanhado de documentação que comprovem o enquadramento do caso nas situações acima previstas.

11.3.3 Não comprovada a hipótese de alteração, o pedido será indeferido, e o “fornecedor ficará obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata normalmente”.

11.4 O cancelamento pela Administração Pública dos preços registrados poderá ocorrer de forma justificada, total ou parcialmente, desde que comprovada alguma razão de interesse público ou algum caso fortuito ou força maior.

11.4.1 O cancelamento de preços registrados decorrente de caso fortuito ou força maior só poderá ocorrer a pedido do fornecedor.

11.5. O registro do licitante vencedor será cancelado pela Administração quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar.

11.5.1. Não será considerado motivo justificado, para efeitos da alínea a) do item 11.5, aquele que tenha motivado, sem comprovação, um pedido de alteração de preços indeferido pela Administração.

11.5.2. Na hipótese da alínea d) do item 11.5, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.5.3 A não aceitação da redução dos preços, conforme a alínea c) do item 11.5, não resulta em

aplicação de penalidades administrativas.

11.5.4. Na hipótese das alíneas a), b) e d) do item 11.5, o cancelamento do registro, formalizado pelo órgão gerenciador, assegurará o contraditório e a ampla defesa.

11.6 Em caso de rescisão da Ata de Registro de Preços/Contrato, por culpa do Fornecedor(a)/Contratado(a), não terá ela direito à indenização de qualquer espécie, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar a Ata de Registro de Preços/Contrato, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa;

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis ou no prazo estipulado pela Divisão de Tributação do Município, a conta da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 05,% a 15% do

valor da Ata de Registro de Preços/Contrato licitados.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor da Ata de Registro de Preços/Contrato licitados

12.4.3 Fica estabelecida multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato licitados quando o Fornecedor(a)/Contratado(a) infringir ou deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas Contratuais ou editalícias.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03(três) anos).

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8**, e, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2, 12.1.3**, e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por Comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.1 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que

ti- ver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Dos contratos originados da ata de registro de preços, as atividades de gestão e de fiscalização, previstas no artigo 117 da Lei 14.133, serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, naquilo que cabível, conforme o modelo de gestão do contrato previsto no termo de referência.

13.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelos seguintes Gestores:

Hélio Fortunato Pereira	Matrícula: 110
Jouanna Mourena Santos Lima	Matrícula: 5936
Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira	Matrícula: 5007

13.1.2. Considerando que a entrega do objeto da licitação será ponto a ponto, os respectivos fiscais do contrato estão nomeados no termo de referência.

13.2. Os gestores e fiscais designados e de substituição definida por cada órgão participante e pelo órgão gerenciador, conforme o termo de referência, ficarão responsáveis pelas funções de gestão e fiscalização das contratações realizadas pelos respectivos órgãos que os designaram.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A contar da ordem de fornecimento, conforme a necessidade de aquisição e com respaldo em instrumento hábil previsto no artigo 95 da Lei 14.133 e em crédito orçamentário identificado, o fornecedor terá **10 (dez) dias úteis** para a entrega do objeto solicitado no endereço e horário indicado no termo de

referência, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que exista motivo devidamente justificado e a Administração Municipal o acate.

14.1.1. Os prazos e métodos envolvendo o procedimento interno do recebimento provisório do objeto são os definidos no termo de referência, e o recebimento definitivo será feito mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências envolvendo o objeto.

a) O recebimento provisório da obra/serviço será feito por servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita do contrato.

b) O recebimento definitivo, pelo responsável técnico designado pela Administração Municipal, dar-se-á mediante termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, respeitando a previsão do art. 119 da Lei nº 14.133/2021, em até 15 (quinze) dias úteis.

14.1.2. Os fiscais do contrato ficarão a cargo do recebimento provisório, e os gestores do contrato ficarão a cargo do recebimento definitivo.

14.1.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o previsto.

14.1.4. Havendo necessidade de substituição ou complementação do objeto entregue, a Administração notificará o contratado para regularizar o fornecimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da solicitação, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso já em atraso.

14.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.2 O pagamento seguirá o preço registrado e será efetuado em até 30 (trinta) dias contados após a apresentação da nota fiscal eletrônica emitida em função dos produtos entregues, conforme solicitado, respeitada a disponibilização financeira e a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, observada a categoria do contrato conforme o artigo 141 da Lei 14.133.

14.2.1. Havendo irregularidades, a nota fiscal será devolvida para correções, e o prazo para pagamento é reiniciado a partir da nova entrega, regularizada.

14.2.2. Havendo parte incontroversa não afetada por qualquer irregularidade, o pagamento que lhe diz respeito deve ser liberado dentro do prazo inicial.

14.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.4.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.4.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.4.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.4.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Até o dia **11 de julho às 17:00 horas** qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, de forma eletrônica no site bllcompras.com com cópia para o e-mail licitacao.pmcs21@gmail.com.

15.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.2. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Cândia Sales/BA.

15.3. Na falta de legislação específica, a identificação e qualificação do licitante ou adjudicatário, na proposta, nas declarações e na ata de registro de preços seguirá o artigo 319, II do Código de Processo Civil, consistindo, no caso de licitante com atividade empresarial, no nome empresarial, no número de inscrição no CNPJ, no endereço eletrônico e no domicílio ou sede do estabelecimento que executará a

prestação contratada.

16. DOS ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO III – Modelo de declarações de habilitação social

ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preço

Cândido Sales, 04 de Julho de 2024

AIDE SANTOS NUNES

GERENTE DO SETOR DE LICITAÇÕES

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 – SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ARMARINHO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E DE SEUS SETORES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

1.1. O certame seguirá a modalidade do Pregão Eletrônico mediante, adotando-se o critério de julgamento do **MENOR PREÇO POR LOTE** sob o modo de disputa **ABERTO-FECHADO**.

1.1.2. Considerando as especificações do objeto e da execução contratual optamos por não possibilitar a adesão de outros órgãos a esta contratação.

1.1.3. A proposta do licitante interessado deverá contemplar o quantitativo máximo solicitado nesse termo de referência, não serão admitidas propostas com quantitativo inferior ao desta requisição.

1.1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

1.2. A adoção da modalidade pregão é justificada no Estudo Técnico Preliminar, uma vez que os itens, objeto licitado, possuem natureza comum devido à sua forma de execução, sendo fornecido por um vasto número de empresas do ramo (art. 29, § único da Lei 14.133).

1.3. A pesquisa de mercado para fundamentar a orçamentação levou em consideração os parâmetros estabelecidos pelo Decreto 550/2023 que dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens.

1.3.1. A obtenção do valor estimado seguiu o disposto no Decreto 550/2023.

1.3.2 O valor estimado para esta licitação é de **R\$ 2.301.831,08 (dois milhões trezentos e um mil oitocentos e trinta e um reais e oito centavos)**.

2. ESPECIFICAÇÕES O OBJETO:

LOTE 01						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	ALMOFADA CARIMBO, MATERIAL CAIXA PLÁSTICA, COM ESPONJA ABSORVENTE, REVESTIDA DE TECIDO, TAMANHO Nº 3, COR AZUL, TIPO ENTINTADA, COMPRIMENTO 12 CM, LARGURA 9 CM, FORMATO RETANGULAR, ESPESSURA 6 MM.	UNIDADE		100	R\$ 7,80	R\$ 780,00
2	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, TIPO ESCOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DEPÓSITO, RETANGULAR, DIMENSÕES 4,50 X 1,50 CM, CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA		100	R\$ 16,10	R\$ 1.610,00
3	BLOCO ADESIVO PARA RECADOS (POST IT) 4 BLOCOS DE 100 FOLHAS 38X50 MM CORES DIVERSAS	UNIDADE		500	R\$ 11,90	R\$ 5.950,00
4	CLIQUE GALVANIZADO Nº 2 PACOTE COM 10 CAIXAS	PACOTE		50	R\$ 37,58	R\$ 1.879,00
5	CLIQUE GALVANIZADO Nº 4 PACOTE COM 10 CAIXAS	PACOTE		50	R\$ 37,95	R\$ 1.897,50
6	CLIQUE GALVANIZADO Nº 6 PACOTE COM 10 CAIXAS	PACOTE		50	R\$ 40,90	R\$ 2.045,00
7	CLIQUE GALVANIZADO Nº 8 PACOTE COM 10 CAIXAS	PACOTE		50	R\$ 38,45	R\$ 1.922,50
8	CLIPS N 02: CLIPE, NIQUELADO, 2/0, METAL, PARALELO CAIXA 100 UND	CAIXA		2500	R\$ 3,75	R\$ 9.375,00
9	CLIPS N 02: CLIPE, NIQUELADO, 2/0, METAL, PARALELO CAIXA 50 UND	CAIXA		1000	R\$ 6,15	R\$ 6.150,00
10	CLIPS N 04: CLIPE, NIQUELADO, 4/0, METAL, PARALELO CAIXA 50 UND	CAIXA		1500	R\$ 4,25	R\$ 6.375,00
11	CLIPS N 06: CLIPE, NIQUELADO, 6/0, METAL, PARALELO CAIXA 50 UND	CAIXA		1500	R\$ 4,70	R\$ 7.050,00
12	CLIPS N 08: CLIPE, NIQUELADO, 8/0, METAL, PARALELO 50 UND	CAIXA		1200	R\$ 6,65	R\$ 7.980,00
13	COCHETE GALVANIZADA Nº 10 CAIXA COM 72	UNIDADE		50	R\$ 8,55	R\$ 427,50
14	COCHETE GALVANIZADA Nº 12 CAIXA COM 72	UNIDADE		50	R\$ 59,60	R\$ 2.980,00
15	COMPASSO ESCOLAR BÁSICO CAIXA COM 20 UNIDADES	CAIXA		25	R\$ 76,75	R\$ 1.918,75
16	ELÁSTICO BORRACHINHA Nº 18 LÁTEX – 80MM - ESPESSURA DE 1,5 A 10MM (PCT C/ 100GRS)	PACOTE		352	R\$ 7,65	R\$ 2.692,80
17	ESTILETE TIPO LARGO ESP. 18 MM: ESTILETE, LARGO, 18 MM, ESCRITÓRIO CAIXA COM 12 UNID	CAIXA		83	R\$ 47,35	R\$ 3.930,05
18	ETIQUETA ADESIVA 16X30 MM	UNIDADE		40	R\$ 3,60	R\$ 144,00
19	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPATULA: EXTRATOR GRAMPO, AÇO INOXIDÁVEL, ESPÁTULA, CROMADO CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA		30	R\$ 26,65	R\$ 799,50
20	FITA DE MEDIÇÃO 100M	UNIDADE		04	R\$ 97,35	R\$ 389,40
21	POCHETE GALVANIZADA Nº 10 CAIXA COM 72	UNIDADE		50	R\$ 22,70	R\$ 1.135,00
TOTAL GERAL LOTE 1						R\$ 67.431,00

LOTE 02						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	FITA ADESIVA MARROM 45X45 CX COM 5 UNID	PACOTE		300	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
2	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45X45 CX COM 5 UNID	PACOTE		880	R\$ 33,12	R\$ 29.145,60
3	FITA ADESIVA TRANSPARENTE DUREX 12MM 33 MT PACOTE COM 10 UNID	PACOTE		70	R\$ 31,50	R\$ 2.205,00
4	FITA ADESIVA TRANSPARENTE DUREX 12MM 40 MT PACOTE COM 10 UNID	PACOTE		90	R\$ 29,97	R\$ 2.697,30
5	FITA ADESIVA TRANSPARENTE DUREX 12MM 60 MT PACOTE COM 10 UNID	PACOTE		123	R\$ 31,50	R\$ 3.874,50
6	FITA CREPE 18X50 PACOTE COM 6 UNIDADES	PACOTE		512	R\$ 31,25	R\$ 16.000,00
7	FITA DECORATIVA 10 MT 30MM ROLO	ROLO		220	R\$ 77,45	R\$ 17.039,00
8	FITA DUPLA FACE 12MM PACOTE COM 08 UNID	PACOTE		300	R\$ 70,75	R\$ 21.225,00
9	GRAMPEADOR PROFISSIONAL DE 100 FOLHAS	UNIDADE		115	R\$ 132,95	R\$ 15.289,25
10	GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE 25 FL, TAMANHO GRAMPO 26/6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BASE DE BORRACHA	UNIDADE		350	R\$ 35,95	R\$ 12.582,50
11	GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE 30 FL, TAMANHO GRAMPO 26/6	UNIDADE		300	R\$ 42,45	R\$ 12.735,00
12	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6	CAIXA		1100	R\$ 13,00	R\$ 14.300,00
13	GRAMPO PARA GRAMPEADOR PROFISSIONAL DE 100 FOLHAS	CAIXA		123	R\$ 35,00	R\$ 4.305,00
14	GUILHOTINA MANUAL PEQUENA ATÉ 10 FOLHAS	UNIDADE		10	R\$ 303,00	R\$ 3.030,00
15	MOLHA DEDO TIPO PASTA 12 GR	UNIDADE		180	R\$ 6,70	R\$ 1.206,00
16	PRENDEDOR DE PAPEL 15MM	UNIDADE		390	R\$ 3,65	R\$ 1.423,50
17	PRENDEDOR DE PAPEL 19MM	UNIDADE		370	R\$ 3,65	R\$ 1.350,50
18	PRENDEDOR DE PAPEL 25MM	UNIDADE		330	R\$ 3,65	R\$ 1.204,50
19	TINTA PARA CARIMBO 42 ML SEM ÓLEO AZUL OU PRETO	UNIDADE		220	R\$ 7,20	R\$ 1.584,00
20	TINTA REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COM 12 UNIDADES	CAIXA		215	R\$ 50,65	R\$ 10.889,75
TOTAL GERAL LOTE 2						R\$ 184.086,40

LOTE 03						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	CADERNO BROCHURA GRANDE CARTOGRAFIA E DESENHO	UNIDADE		250	R\$ 10,15	R\$ 2.537,50
2	CADERNO BROCHURA PEQUENO, 96 FOLHAS, CAPA DURA	UNIDADE		575	R\$ 10,00	R\$ 5.750,00

3	CADERNO BROCHURÃO, CAPA DURA, 48 FOLHAS	UNIDADE		575	R\$ 10,25	R\$ 5.893,75
4	CADERNO BROCHURÃO, CAPA DURA, 96 FOLHAS	UNIDADE		500	R\$ 16,50	R\$ 8.250,00
5	CADERNO CAPA DURA 15 MATÉRIAS, MODELO UNISEX, COM IMAGENS DE PAISAGENS OU NATUREZA, MODELO UNIVERSITÁRIO, 15 MATÉRIAS, 300 PÁGINAS, FOLHAS PAUTADAS, DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (CM)- A X L X P – 27,5 X 20 X 2 CM, PESO LÍQUIDO APROXIMADO DO PRODUTO (KG) 488 G.	UNIDADE		615	R\$ 29,40	R\$ 18.081,00
6	CADERNO CAPA DURA, ESPIRAL, 10 MATÉRIAS, 200 FOLHAS, TAMANHO 200MM X 275MM	UNIDADE		470	R\$ 25,95	R\$ 12.196,50
7	CADERNO CAPA DURA, ESPIRAL, 20 MATÉRIAS, CAPA DURA DECORADA, MODELO UNISEX, COM IMAGENS DE PAISAGENS OU NATUREZA, MODELO UNIVERSITÁRIO, 20 MATÉRIAS, 400 PÁGINAS, FOLHAS PAUTADAS, BOLSA PLÁSTICA.	UNIDADE		250	R\$ 31,42	R\$ 7.855,00
8	CADERNO ESPIRAL 96 FLS.	UNIDADE		500	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
9	CADERNO ESPIRAL CAPA DURA CARTOGRAFIA E DESENHO SEM SEDA 96 FOLHAS	UNIDADE		400	R\$ 20,70	R\$ 8.280,00
10	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL SULFITE, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, GRAMATURA 75 G/M2, COMPRIMENTO 300 MM, LARGURA 210 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA DURA/ FOLHAS NUMERADAS/COSTURA REFORÇADA	UNIDADE		300	R\$ 22,90	R\$ 6.870,00
11	LIVRO DE PONTO, CAPA DURA PRETA (FRENTE E VERSO), COM 100 FOLHAS ENUMERADAS, MEDINDO: 216 X 330 MM.	UNIDADE		450	R\$ 26,45	R\$ 11.902,50
12	LIVRO PROTOCOLO CORRESPONDENCIA 100 FOLHAS	UNIDADE		280	R\$ 20,50	R\$ 5.740,00
TOTAL GERAL LOTE 3						R\$ 96.356,25

LOTE 04						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	APAGADOR DE QUADRO BRANCO	UNIDADE		300	R\$ 10,70	R\$ 3.210,00
2	BORRACHA PONTEIRA PARA LÁPIS PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE		400	R\$ 30,50	R\$ 12.200,00
3	BORRACHA, PARA APAGAR ESCRITA A CANETA, COR BRANCA, MACIA, DIMENSÕES MÍNIMAS 4,0 X 2,1 X 1 CM. CAIXA COM 40 UNIDADES	CAIXA		100	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
4	CALCULADORA ELETRÔNICA COM BOBINA 12 DIGITOS	UNIDADE		10	R\$ 21,75	R\$ 217,50

5	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA, AMPLO VISOR, DUPLA ALIMENTAÇÃO SOLAR E BATERIA, TECLADO COM MEMORIA, TECLAS PLÁSTICAS, PLACA FRONTAL EM METAL DURÁVEL, MARK-UP, TECLA PORCENTAGEM M+ E-, VOLTAR +/-, MC, MR E MU.	UNIDADE		150	R\$ 164,50	R\$ 24.675,00
6	CALCULADORA MESA G	UNIDADE		200	R\$ 36,45	R\$ 7.290,00
7	CALCULADORA MESA M	UNIDADE		200	R\$ 24,00	R\$ 4.800,00
8	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL Nº 07	CAIXA		500	R\$ 57,00	R\$ 28.500,00
9	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO TRANSPARENTE E FORMATO ERGONÔMICO, ESCRITA LIMPA DE ALTA QUALIDADE TINTA AZUL/VERMELHA/PRETA, ESCRITA MACIA, LARGURA APROXIMADA DA LINHA 0,4 MM, ESFERA DE TUNGSTÊNIO. TINTA A BASE DE ÓLEO, DURABILIDADE: ESCREVE ATÉ 2 KM, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA		100	R\$ 62,50	R\$ 6.250,00
10	CANETA HIDROCOR ESTOJO COM 12 CORES	ESTOJO		300	R\$ 11,50	R\$ 3.450,00
11	CANETA MARCA TEXTO AMARELA COM 12	CAIXA		200	R\$ 38,50	R\$ 7.700,00
12	CANETA MARCA-TEXTO, PLÁSTICO, FLUORESCENTE CAIXA COM 12	CAIXA		100	R\$ 42,35	R\$ 4.235,00
13	CANETA RETROPROJETOR CX COM 12	CX		100	R\$ 101,40	R\$ 10.140,00
14	CORRETIVO LÍQUIDO, SECAGEM RÁPIDA, MATERIAL BASE D'ÁGUA, INODORO, ATÓXICO, NÃO RESSECA, COMPOSTO POR RESINAS, PLASTIFICANTES E PIGMENTOS, EMBALAGEM DE 18 ML.	UNIDADE		400	R\$ 5,50	R\$ 2.200,00
15	GIZ BRANCO PARA QUADRO NEGRO CAIXA COM 64	CAIXA		10	R\$ 5,00	R\$ 50,00
16	GIZ CERA, MATERIAL CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO, COR VARIADAS GRANDE CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA		350	R\$ 7,65	R\$ 2.677,50
17	LÁPIS COMUM Nº 02 CX COM 144	CAIXA		370	R\$ 64,50	R\$ 23.865,00
18	LÁPIS DE COR, MATERIAL MADEIRA, COR DIVERSAS, TAMANHO GRANDE - CX 12UNIDADES (275 MM COMPRIMENTO)	CAIXA		700	R\$ 11,00	R\$ 7.700,00
19	LÁPIS DE COR, MATERIAL MADEIRA, COR DIVERSAS, TAMANHO PEQUENO - CX 12 UNIDADES	CAIXA		400	R\$ 5,65	R\$ 2.260,00
20	MARCADOR PERMANENTE CX COM 12	UNIDADE		200	R\$ 69,45	R\$ 13.890,00
21	PAPEL CARTÃO A3 PCT C/50 FOLHAS	PACOTE		150	R\$ 41,50	R\$ 6.225,00
22	PAPEL CRAFT BOBINA DE 45CM X 2KG	UNIDADE		180	R\$ 123,75	R\$ 22.275,00
23	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS	UNIDADE		200	R\$ 23,50	R\$ 4.700,00
24	PRANCHETA EM ACRÍLICO A4 C/ PRENDEDOR METÁLICO	UNIDADE		250	R\$ 18,95	R\$ 4.737,50

25	RÉGUA PLÁSTICO 30MM	UNIDADE		500	R\$ 2,25	R\$ 1.125,00
26	TINTA PARA CAMRIMBO COR AZUL 40 ML	UNIDADE		122	R\$ 9,70	R\$ 1.183,40
27	TINTA PARA CARIMBO COR PRETA 40 ML	UNIDADE		124	R\$ 9,70	R\$ 1.202,80
TOTAL GERAL LOTE 4						R\$ 209.958,70

LOTE 05						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	CLASSIFICADOR 40 MM POLIONDA PACOTE COM 10	CAIXA		100	R\$ 38,45	R\$ 3.845,00
2	CLASSIFICADOR DE PAPEL COM ELASTICO TAMANHO OFÍCIO PACOTE COM 10	UNIDADE		300	R\$ 4,40	R\$ 1.320,00
3	CLASSIFICADOR TRANSPARENTE COM ELASTICO 40M	UNIDADE		600	R\$ 10,50	R\$ 6.300,00
4	ENVELOPE AMARELO TAMANHO OFÍCIO CAIXA COM 250 UND	CAIXA		300	R\$ 164,00	R\$ 49.200,00
5	ENVELOPE MEIO OFICIO BRANCO CAIXA COM 250 UNIDADES	CAIXA		20	R\$ 138,55	R\$ 2.771,00
6	ENVELOPE TAMANHO OFÍCIO BRANCO CAIXA COM 250 UNID	CAIXA		300	R\$ 182,50	R\$ 54.750,00
7	ENVELOPE TIPO CONVITE COLORIDO, 160MMX235MM, 80 GR. CAIXA COM 100	CAIXA		15	R\$ 105,00	R\$ 1.575,00
8	PASTA AZ TAMANHO GRANDE, CAIXA COM 20	CAIXA		400	R\$ 257,25	R\$ 102.900,00
9	PASTA CATÁLOGO, COR PRETA, COM CAPA DE PAPELÃO COM REVESTIMENTO PLÁSTICO, CONTENDO 100 FOLHAS PLÁSTICAS. TAMANHO A4.	UNIDADE		320	R\$ 45,95	R\$ 14.704,00
10	PASTA COM CLIPE TIPO ALAVANCA - PASTA POLIPROPILENO COM CLIPE TIPO ALAVANCA. TAMANHO OFÍCIO. CAPACIDADE 30 FOLHAS. COR: FUMÊ. COM 25 UND.	CAIXA		80	R\$ 191,25	R\$ 15.300,00
11	PASTA DE CATÁLOGO COM 50 FOLHAS	UNIDADE		400	R\$ 26,00	R\$ 10.400,00
12	PASTA L	UNIDADE		500	R\$ 2,20	R\$ 1.100,00
13	PASTA PLÁSTICA ARQUIVO MORTO	UNIDADE		600	R\$ 6,40	R\$ 3.840,00
14	PASTA SANFONADA 140X260MM	UNIDADE		100	R\$ 36,00	R\$ 3.600,00
15	PASTA SANFONADA A4 12 DIVISÕES	UNIDADE		400	R\$ 48,95	R\$ 19.580,00
16	PASTA SUSP. COMPLETA MARMORIZADA 36X54 CM, CAIXA COM 25	CAIXA		300	R\$ 153,75	R\$ 46.125,00
TOTAL GERAL LOTE 5						R\$ 337.310,00

LOTE 06						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	COLA BRANCA 500 GR	UNIDADE		400	R\$ 11,40	R\$ 4.560,00
2	COLA DIMENSIONAL	UNIDADE		200	R\$ 10,55	R\$ 2.110,00
3	COLA EM BASTÃO, ATÓXICA, TUBO COM NO MÍNIMO 20 GRAMAS CAIXA COM 24 UND	UNIDADE		150	R\$ 52,75	R\$ 7.912,50

4	COLA ESCOLAR, MATERIAL POLIVINIL ACETATO-PVA, PESO 90 G, TIPO PASTOSA, COR BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL, CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA		100	R\$ 57,40	R\$ 5.740,00
5	COLA GLITTER CAIXA COM 06 UNIDADES DE 15G CAIXA COM 12	CAIXA		100	R\$ 71,90	R\$ 7.190,00
6	COLA PANO 500 GR	UNIDADE		300	R\$ 13,20	R\$ 3.960,00
7	COLA, COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO - PVA, COR INCOLOR, APLICAÇÃO ISOPOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, TIPO LÍQUIDO	UNIDADE		415	R\$ 8,77	R\$ 3.639,55
8	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA		110	R\$ 64,50	R\$ 7.095,00
9	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO CAIXA COM 12	CAIXA		350	R\$ 69,50	R\$ 24.325,00
10	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE 40W	UNIDADE		300	R\$ 57,50	R\$ 17.250,00
11	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA 15W	UNIDADE		300	R\$ 32,95	R\$ 9.885,00
12	REFIL DE COLA QUENTE FINA PACOTE DE 1 KG PARA PISTOLA	PACOTE		800	R\$ 68,30	R\$ 54.640,00
13	REFIL DE COLA QUENTE GROSSA PACOTE DE 1 KG PARA PISTOLA	PACOTE		800	R\$ 68,30	R\$ 54.640,00
14	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA	UNIDADE		1000	R\$ 5,05	R\$ 5.050,00
TOTAL GERAL LOTE 6						R\$ 207.997,05

LOTE 07						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	CARBONO PARA TECIDO (FOLHA AZUL E VERDE)	UNIDADE		300	R\$ 4,60	R\$ 1.380,00
2	CARTOLINA COMUM (CORES DIVERSAS)	UNIDADE		1500	R\$ 0,80	R\$ 1.200,00
3	CARTOLINA DUPLA FACE	UNIDADE		1500	R\$ 12,25	R\$ 18.375,00
4	CARTOLINA LAMINADA	UNIDADE		1500	R\$ 2,65	R\$ 3.975,00
5	PAPEL A4 CARTÃO PACOTE COM 50	PACOTE		250	R\$ 21,23	R\$ 5.306,25
6	PAPEL ADESIVO 279,4MMX215,9MM PACOTE COM 10 FOLHAS	PACOTE		87	R\$ 10,45	R\$ 909,15
7	PAPEL CAMURÇA CORES SORTIDAS PACOTE COM 20 FOLHAS A4 210X297MM	PACOTE		70	R\$ 16,96	R\$ 1.186,85
8	PAPEL CARBONO A4 CAIXA COM 100 FOLHAS - AZUL	CAIXA		41	R\$ 58,50	R\$ 2.398,50
9	PAPEL CONTACT 25MX45CM ROLO	ROLO		50	R\$ 156,81	R\$ 7.840,50
10	PAPEL COUCHÉ BRILHO 300G - 100FLS	PACOTE		100	R\$ 59,00	R\$ 5.900,00
11	PAPEL CREPOM 48 CM X 2,50 METROS CORES DIVERSAS PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE		300	R\$ 19,50	R\$ 5.850,00
12	PAPEL DE PRESENTE ROLO	ROLO		1	R\$ 44,50	R\$ 44,50

13	PAPEL DUPLEX LISO 120G PACOTE C/20UN	PACOTE		160	R\$ 21,50	R\$ 3.440,00
14	PAPEL FOTO C/ 20 UNID	PACOTE		150	R\$ 22,05	R\$ 3.307,50
15	PAPEL KRAFT 80GR ROLO COM 30KG 60X150	ROLO		40	R\$ 218,00	R\$ 8.720,00
16	PAPEL LAMINADO 45X59 CORES DIVERSAS PACOTE COM 40 UNID	PACOTE		60	R\$ 104,75	R\$ 6.285,00
17	PAPEL LINHO BRANCO 120G PACOTE COM 50 FOLHAS	PACOTE		250	R\$ 27,50	R\$ 6.875,00
18	PAPEL MADEIRA PACOTE COM 100 FOLHAS	PACOTE		40	R\$ 197,50	R\$ 7.900,00
19	PAPEL MADEIRA ROLO C/ 200 MT	ROLO		100	R\$ 216,50	R\$ 21.650,00
20	PAPEL METRO BRANCO BOBINA COM 200 MT	UNIDADE		40	R\$ 243,18	R\$ 9.727,00
21	PAPEL SEDA 50X70 PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE		20	R\$ 44,88	R\$ 897,50
22	PAPEL VERGÊ BRANCO A4 180G CAIXA COM 50 FOLHAS	CAIXA		150	R\$ 25,48	R\$ 3.821,25
23	TESOURA INOX GRANDE 21CM CABO PRETO	UNIDADE		300	R\$ 19,43	R\$ 5.827,50
TOTAL GERAL LOTE 07						R\$ 132.816,50

LOTE 08						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	AGULHA DE COSTURA	UNIDADE		100	R\$ 1,60	R\$ 160,00
2	AGULHA PARA CROCHÊ	UNIDADE		100	R\$ 7,25	R\$ 725,00
3	AGULHA PARA PONTO CRUZ	UNIDADE		30	R\$ 5,75	R\$ 172,50
4	ALFINETE CABEÇA DE AÇO 27mm CAIXA COM 50g	CAIXA		100	R\$ 17,45	R\$ 1.745,00
5	ALFINETE SEGURANÇA NIQUELADO nº 01 PACOTE C/100 UNIDADES	PACOTE		50	R\$ 17,45	R\$ 872,50
6	ALFINETE SEGURANÇA NIQUELADO nº 02 PACOTE C/100 UNIDADES	PACOTE		50	R\$ 17,45	R\$ 872,50
7	ALICATE BICO REDONDO PARA BIJUTERIA	UNIDADE		10	R\$ 46,45	R\$ 464,50
8	ALICATE DE CORTE PARA BIJUTERIAS	UNIDADE		10	R\$ 71,45	R\$ 714,50
9	BATERIA PARA BALANÇA DIGITAL CR2032 3V (CARTELA COM 5UND)	CARTELA		50	R\$ 47,50	R\$ 2.375,00
10	BATERIA PARA TERMÔMETRO 1,5V LR41 / AG3 (CART. COM 10UND)	CARTELA		10	R\$ 48,00	R\$ 480,00
11	BOLA DE ISOPOR 150 MM	UNIDADE		500	R\$ 9,20	R\$ 4.600,00
12	BOLA DE ISOPOR 200 MM	UNIDADE		300	R\$ 14,85	R\$ 4.455,00
13	BOLA DE ISOPOR 250 MM	UNIDADE		300	R\$ 19,45	R\$ 5.835,00
14	CARTOLINA LAMINADA PACOTE COM 20 FLS. CORES DIVERSAS	PACOTE		800	R\$ 62,45	R\$ 49.960,00
15	COLA INSTANTÂNEA 20G CX COM 12 UNIDADES	CAIXA		200	R\$ 136,40	R\$ 27.280,00
16	PAPEL ADESIVO 279,4MMX215,9MM PACOTE COM 10 FOLHAS	PACOTE		25	R\$ 21,00	R\$ 525,00
17	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO	UNIDADE		1000	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
18	PEN DRIVE 16 GB	UNIDADE		100	R\$ 52,95	R\$ 5.295,00
19	PEN DRIVE 32 GB	UNIDADE		100	R\$ 67,45	R\$ 6.745,00
20	PILHA PALITO AAA (CARTELA COM 4)	CARTELA		50	R\$ 10,95	R\$ 547,50

21	PILHA PEQUENA COMUM AA (CARELA COM 4)	CARTELA		50	R\$ 9,45	R\$ 472,50
22	PLACA DE EVA COM GLITER 40CM X 60CM	UNIDADE		1500	R\$ 8,40	R\$ 12.600,00
23	PLACA DE EVA ESTAMPADO 40CM X 48 CM	UNIDADE		3000	R\$ 10,90	R\$ 32.700,00
24	PLACA DE EVA LISO CORES DIVERSAS 40cm x 48cm	UNIDADE		6000	R\$ 5,00	R\$ 30.000,00
25	PLACA DE ISOPOR DE 30 MM PACOTE COM 09 UNID	PACOTE		35	R\$ 177,00	R\$ 6.195,00
26	SACO PERFURADO CAIXA COM 500	CAIXA		6	R\$ 289,50	R\$ 1.737,00
27	TNT ESTAMPADO LARGURA 1,40MT 80GM PEÇA COM 50 MT	PEÇA		30	R\$ 525,45	R\$ 15.763,50
28	TNT LISO LARGURA 1,40MT 80GM PEÇA COM 50 MT	PEÇA		300	R\$ 201,04	R\$ 60.312,00
TOTAL GERAL LOTE 8						R\$ 276.604,00

LOTE 09						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	PAPEL OFÍCIO A4 75GR CONTENDO 10 PACOTES COM 500 FOLHAS CAIXA	CAIXA		700	R\$ 256,26	R\$ 179.382,00
2	PAPEL OFÍCIO COLORIDO A4 CAIXA COM 10 PACOTES	CAIXA		20	R\$ 258,40	R\$ 5.168,00
TOTAL GERAL LOTE 9						R\$ 184.550,00

LOTE 10						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	ARGOLA ROLIÇA PACOTE COM 20 UNIDADES	PACOTE		10	R\$ 80,41	R\$ 804,10
2	BALAO FESTA MATERIAL BORRACHA COR VARIADA TAM 9,0 APLICACAO DECORACAO PACOTE COM 50	PACOTE		500	R\$ 14,98	R\$ 7.487,50
3	BALAO FESTA MATERIAL BORRACHA COR VARIADA, TAM 7,0 APLICACAO DECORACAO PACOTE COM 50	PACOTE		500	R\$ 12,93	R\$ 6.462,50
4	BARBANTE 8 FIOS, PACOTE COM 4 ROLOS DE 75M	PACOTE		165	R\$ 18,88	R\$ 3.114,38
5	BROCHE PEQUENO	UNIDADE		200	R\$ 4,48	R\$ 896,00
6	ELÁSTICO FINO POLIESTER 5MM	UNIDADE		30	R\$ 5,18	R\$ 155,25
7	ELÁSTICO GROSSO 25 CM	UNIDADE		30	R\$ 5,95	R\$ 178,35
8	FITA DE CETIM Nº05 22MM PEÇA C/10MTS	PEÇA		360	R\$ 8,24	R\$ 2.966,40
9	FITA DE NYLON 60MM ROLO	ROLO		50	R\$ 8,00	R\$ 399,75
10	FITA MÉTRICA COSTURA COM 1,50 MT	UNIDADE		60	R\$ 6,45	R\$ 386,70
11	FITA PARA PRESENTE FINA	ROLO		30	R\$ 9,38	R\$ 281,25
12	FITA PARA PRESENTE MÉDIA	ROLO		30	R\$ 10,83	R\$ 324,75
13	FITILHO P/PRESENTE 5MM X 50M SORTIDO	ROLO		120	R\$ 12,46	R\$ 1.494,60
14	GLITTER CORES DIVERSAS PACOTE DE 500 GR	PACOTE		60	R\$ 69,68	R\$ 4.180,50

15	LINHA NOVELO PARA COSTURA CORES DIVERSAS	TUBO		200	R\$ 5,68	R\$ 1.135,00
16	LINHA PARA COSTURA PARA TECIDO PACOTE COM 10 UND	PACOTE		100	R\$ 31,47	R\$ 3.147,00
17	MIÇANGAS DIVERSOS TAMANHOS E CORES PACOTE DE 500 GR	PACOTE		10	R\$ 69,60	R\$ 695,95
18	NOVELO DE LÃ 100 GR. CORES DIVERSAS	UNIDADE		150	R\$ 15,91	R\$ 2.386,50
19	PAPEL OPALINE BRANCO 180G A4 50 FOLHAS	PACOTE		80	R\$ 23,23	R\$ 1.858,40
20	PINCEL CHANFRADO Nº 14	UNIDADE		80	R\$ 15,32	R\$ 1.225,60
21	PINCEL CHATO Nº 8, 10, 12	UNIDADE		80	R\$ 7,71	R\$ 616,40
22	PINCEL LIBEA Nº 00	UNIDADE		200	R\$ 3,63	R\$ 725,00
23	PINCEL LIBEA Nº 8	UNIDADE		200	R\$ 5,62	R\$ 1.124,00
24	PINCEL LÍNGUA DE GATO Nº 12, 16	UNIDADE		80	R\$ 8,57	R\$ 685,60
25	PINCEL Nº 00	UNIDADE		200	R\$ 4,21	R\$ 841,00
26	PINCEL Nº 10	UNIDADE		200	R\$ 6,25	R\$ 1.250,00
27	PINCEL Nº 8	UNIDADE		200	R\$ 6,21	R\$ 1.241,00
28	PINCEL PARA PINTURA Nº 16	UNIDADE		200	R\$ 6,25	R\$ 1.250,00
29	PINCEL PARA PINTURA Nº 16	UNIDADE		200	R\$ 8,25	R\$ 1.650,00
30	PINCEL PARA PINTURA Nº 24	UNIDADE		200	R\$ 8,45	R\$ 1.690,00
31	PINCEL PARA PINTURA Nº 24	UNIDADE		200	R\$ 8,45	R\$ 1.690,00
TOTAL GERAL LOTE 10						R\$ 52.343,48

LOTE 11						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	PAPEL CARTÃO PACOTE COM 50 FOLHAS	PACOTE		250	R\$ 23,26	R\$ 5.815,00
2	QUADRO BRANCO LOUSA GRANDE	UNIDADE		50	R\$ 324,10	R\$ 16.205,00
3	QUADRO BRANCO LOUSA MÉDIA	UNIDADE		50	R\$ 249,25	R\$ 12.462,50
4	QUADRO BRANCO LOUSA PEQUENA	UNIDADE		50	R\$ 194,40	R\$ 9.720,00
5	RABO DE RATO 100 METROS	ROLO		100	R\$ 25,95	R\$ 2.595,00
6	RAMALHETE DE FLORES ARTIFICIAIS	UNIDADE		150	R\$ 29,78	R\$ 4.467,00
7	TELA PARA PINTURA ALGODÃO CRU DE 60X80 CM	UNIDADE		100	R\$ 60,95	R\$ 6.095,00
8	TELA PARA PINTURA ALGODÃO CRU DE 100X60 CM	UNIDADE		100	R\$ 63,37	R\$ 6.337,00
9	TELA PARA PINTURA ALGODÃO CRU DE 20X30 CM	UNIDADE		80	R\$ 11,54	R\$ 923,20
10	TERMOLINA LEITOSA 500 ML	UNIDADE		10	R\$ 32,38	R\$ 323,80
11	TINTA GUACHE 15 ML, 06 CORES, COMPOSIÇÃO RESINA VINÍCULA/ÁGUA/PIGMENTO/CARGAS E CONSERVANTE, CORES VARIADAS, APLICAÇÃO PINTURA A PINCEL EM PAPEL/CARTÃO E CARTOLINA	CAIXA		500	R\$ 10,77	R\$ 5.385,00
12	TINTA PARA ARTESANATO 500 ML	UNIDADE		180	R\$ 2.163,00	R\$ 389.340,00
13	TINTA PARA TECIDO 250 ML CORES DIVERSAS	UNIDADE		290	R\$ 23,13	R\$ 6.707,70

14	TINTA PARA TECIDO 37 ML CORES DIVERSAS	UNIDADE		1900	R\$ 4,64	R\$ 8.816,00
15	TINTA SPRAY SECAGEM RÁPIDA MULTIUSO	UNIDADE		500	R\$ 23,28	R\$ 11.640,00
TOTAL GERAL LOTE 11						R\$ 486.832,20

LOTE 12						
ITEM	PRODUTO	UND	MARCA	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	ALFINETE DE CABEÇA	CAIXA		100	R\$ 15,45	R\$ 1.545,00
2	ALICATE ARTESANAL	UNIDADE		50	R\$ 62,95	R\$ 3.147,50
3	BAMBOLE	UNIDADE		300	R\$ 14,50	R\$ 4.350,00
4	BASTÃO PARA CORTINA 2MM MARROM	UNIDADE		100	R\$ 17,70	R\$ 1.770,00
5	BASTÃO PARA CORTINA 3MM MARROM	UNIDADE		15	R\$ 19,14	R\$ 287,10
6	CAIXINHA MDF M	CAIXA		50	R\$ 22,95	R\$ 1.147,50
7	CAIXINHA MDF P	CAIXA		50	R\$ 20,95	R\$ 1.047,50
8	CLAREADOR PARA TINTA DE TECIDO	UNIDADE		50	R\$ 10,70	R\$ 535,00
9	CORDA PARA VIOLÃO CAIXA COM 12 KIT	UNIDADE		100	R\$ 27,95	R\$ 2.795,00
10	FELTRO CORES VARIADAS PCT 10	UNIDADE		60	R\$ 128,00	R\$ 7.680,00
11	FLORES DE PLÁSTICO P CORES VARIADAS PCT COM 12	PACOTE		50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
12	KIT AQUARELA VARIAS CORES	UNIDADE		150	R\$ 37,50	R\$ 5.625,00
13	MASSA PARA MODELAR BISCUIT 1KG	KG		100	R\$ 43,50	R\$ 4.350,00
14	MEADAS CX C/ 12	CAIXA		80	R\$ 52,03	R\$ 4.162,40
15	POTE DE VIDRO G	UNIDADE		80	R\$ 27,50	R\$ 2.200,00
16	POTE DE VIDRO M	UNIDADE		80	R\$ 22,00	R\$ 1.760,00
17	POTE DE VIDRO P	UNIDADE		80	R\$ 18,50	R\$ 1.480,00
18	PRANCHETA COMUM TAMANHO OFÍCIO	UNIDADE		200	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
19	QUADRO PARA PINTURA EM TELA	UNIDADE		300	R\$ 19,75	R\$ 5.925,00
20	SACO A4 PERFURADO PLÁSTICO ENVELOPE TAMANHO OFÍCIO 240MLX325 CAIXA COM 500 UND	CAIXA		6	R\$ 275,00	R\$ 1.650,00
21	TABUAS DE MDF NU FINO 2MM 50X50CM	UNIDADE		30	R\$ 27,95	R\$ 838,50
22	TECIDO PARA PINTURA METRO	METRO		60	R\$ 20,45	R\$ 1.227,00
23	TESOURA AÇO INOX USO GERAL G	UNIDADE		180	R\$ 32,00	R\$ 5.760,00
24	TESOURA PROFISSIONAL	UNIDADE		10	R\$ 43,95	R\$ 439,50
25	TOALHA DE ROSTO	UNIDADE		30	R\$ 17,95	R\$ 538,50
26	TOUCA TÉRMICA ALUMÍNIO	UNIDADE		20	R\$ 32,75	R\$ 655,00
27	XUXA PCT 200	UNIDADE		10	R\$ 108,00	R\$ 1.080,00
TOTAL GERAL LOTE 12						R\$ 65.545,50

2.1. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o Decreto Municipal nº 258/2023, que versa sobre a Pesquisa de Preço no âmbito da Administração municipal observando o disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para fornecimento dos itens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos solicitados no edital para a devida habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Os interessados deverão apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.3 Não será realizada a adoção de cota reservada de até 25% para ME e EPP/ ou item exclusivo para ME e EPP uma vez que não é vantajoso, pois restringe a participação das empresas que não são ME's e EPP's, prejudicando a ampla concorrência e a logística de distribuição.

3.4. RESTRIÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

3.4.1. JUSTIFICATIVA: Tratam-se da aquisição de bens facilmente executados por um grande número de empresas, não havendo muitas opções de mercado diferenciadas e a participação de empresas consorciadas (consórcio), cerceia a concorrência que poderia existir entre as empresas que o formam.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto deverá ser entregue conforme necessidade da entidade requerente, no praxe de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar da solicitação formal dos produtos, e aceita a critério da administração.

4.1.1. O local de entrega será nas diversas Secretarias do Município de Cândia Sales, no horário compreendido entre as 08:00H às 11:00H e das 14:00H às 17:00H, conforme estipulado na ordem de fornecimento.

4.1.2. O objeto a ser entregue deverá estar em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo.

4.1.3. O transporte e a embalagem dos produtos será de responsabilidade da contratada.

4.2 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em

registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

a) O recebimento provisório dos itens será feito por servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita do contrato.

b) O recebimento definitivo, pelo responsável técnico designado pela Administração Municipal, dar-se-á mediante termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, respeitando a previsão do art. 119 da Lei nº 14.133/2021, em até 12 (doze) horas após o recebimento.

4.3 A contratação será formalizada mediante a assinatura do contrato, que será firmado por um período de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, em conformidade a Lei nº 14.133/2021, prorrogáveis por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, nos termos do presente instrumento;

5.2. Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias a regular execução do contrato;

5.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

5.4. Designar servidor pertencente ao quadro da **CONTRATANTE**, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

5.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

5.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com

terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.10. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta dias), a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

5.11. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: nome do produto, marca (se aplicável), fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e quantidades.

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.8. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir;

6.9. Cumprir, durante todo o contrato, as exigências dos dispositivos legais vigentes, bem como de atualizações que venham a substituí-los;

6.10. Fornecer, a qualquer tempo e sempre que solicitado, documentação que comprove a sua conformidade e/ou a de seus fornecedores e transportadoras com as exigências dos órgãos sanitários.

6.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores

– SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

6.12. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

6.13. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

6.14. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

6.15. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

6.16. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

6.17. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: nome do Contratado e do Contratante, identificado do contrato (tipo ou natureza do serviço/produto fornecido), explicitando o desempenho do fornecimento, bem como as quantidades entregues.

7.1.1. Para análise do atestado será considerada como parcela de maior relevância, observando § 1º do Art. 67 da Lei 14.133/21, o fornecimento de material de escritório e/ou papelaria com características

semelhantes ao objeto deste termo de referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelos seguintes Gestores:

Hélio Fortunato Pereira	Matrícula: 110
Jouanna Mourena Santos Lima	Matrícula: 5936
Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira	Matrícula: 5007

8.6. Fica designada como Fiscal do Contrato o Sr. Waldemir Silva Martins – Diretor da Central de Compras.

8.7. O fiscal ou Gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9. FORMA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias** da entrada da nota fiscal na contadoria municipal, devendo o fornecedor apresentar o documento fiscal conforme a natureza da operação.

9.2. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado a presente contratação, em razão que a eventual divisão do objeto não geraria perda de economia de escala e facilitaria a viabilidade técnica, pois os itens a serem licitados são comuns a todos os possíveis fornecedores, desta forma o parcelamento ampliará a competição.

9.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.1. Opta-se pela adoção da modalidade de Pregão devido ao objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

9.3.2. O Registro de preço fica caracterizado uma vez que as entregas serão eventuais e parceladas, conforme disposto no art. 1º, II e III, do Decreto 5.235.

9.4 Os preços registrados serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

9.5 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

10.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.1.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Cândido Sales, 24 de Junho de 2024

Hélio Fortunato Pereira – Secretário de Administração Interino

Jouanna Mourena Santos Lima – Secretária de Saúde

Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira – Secretária de Desenvolvimento Social

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 - SRP

(nome empresarial, nº do CNPJ, endereço eletrônico, domicílio) vem OFERTAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, a seguinte proposta:

Item	Qtd	Und	Produtos	Valor Média	Valor Total
VALOR TOTAL:					

Validade da proposta: (mínimo 60 dias). (nº da Conta Bancária, da agência e banco)

A licitante declara, sob as penas da lei e do edital, que atende aos requisitos para a habilitação e de que a sua proposta está em conformidade com as exigências do edital de licitação, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

[E, SE FOR O CASO DE ME/EPP] Declara também de mesmo modo que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e que, neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, sendo este limite observado na presente licitação.

.....(local), de de 2024.

Nome do responsável

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO SOCIAL

(nome empresarial, nº do CNPJ, endereço eletrônico, domicílio) declara, sob as penas da lei, que: cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social; e que, em observância ao artigo 7º, XXXIII da Constituição, não submete a trabalho noturno, perigoso ou insalubre os menores de dezoito e nem a qualquer trabalho os menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

.....(local), de de 2024.

Nome do responsável

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e quatro, O **MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.857.123/0001-95, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Praça Moisés Félix dos Santos, 274, Centro, Cândia Sales/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Maurílio Lemos das Virgens, portador da Cédula de identidade nº 1013258436, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 037.492.985-80, residente e domiciliado em Cândia Sales/BA na Rua Rio Branco, nº 359, Bairro Centro, CEP: 45.157-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e figura neste ato como coparticipantes e figura neste ato como coparticipante o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÂNDIDO SALES**, inscrito no CNPJ nº 12.244.652/0001-50, localizado na cidade de Cândia Sales/BA, na Rua Joana Angélica, nº 126, Casa, Usina, CEP: 45.157-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, designada pelo decreto nº 244 de 09 de Outubro de 2023, Jouanna Mourena Santos Lima, portadora da Cédula de identidade nº 07.922.829-14, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 829.843.445-53, residente e domiciliada em Cândia Sales/BA, na Rua Carnaúba, nº 14, Bairro Primavera, CEP: 45.157-000; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 14.781.811/0001, localizado na Avenida Rio Branco, nº 320, Centro, CEP: 45.157-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, designada pelo decreto nº 004 de 04 de Janeiro de 2021, Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade nº 0885285298, emitida pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 031.128.645-30, residente e domiciliada em Cândia Sales/BA, na Avenida Rio Branco, nº 359, Centro, CEP: 45157-000, em conformidade com o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-SRP** resolve, nos termos da Lei 14.133, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual fornecimento dos objetos adjudicados na licitação homologada na forma como proposto pelos adjudicatários, doravante designados **FORNECEDORES**, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DOS PREÇOS E DOS FORNECEDORES

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ARMARINHO PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico nº 011/2024 – SRP e nos termos das propostas dos licitantes vencedores.

1.2. As especificações do objeto de cada item, as suas quantidades máximas, o preço registrado e o seu respectivo fornecedor são os que seguem, sem prejuízo das demais condições presentes na proposta vencedora ou no termo de referência.

1.3.

FORNECEDOR: (nome empresarial, nº do CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e nome do representante)

VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Participam desta ata o órgão gerenciador e os demais órgãos participantes relacionados a seguir.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES A SEREM PRATICADAS

3.1. O detentor do preço registrado tem o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, quando solicitado, mas o registro dos preços não obriga a Administração a contratar.

3.2. Havendo manifestação prévia do órgão gerenciador no termo de referência sobre a não anuência da adesão a esta ata por órgãos não participantes, não se cogitará esta prática prevista no artigo 86, §2º da Lei 14.133/2021.

3.3. As contratações específicas por parte dos órgãos participantes somente acontecerão em quantitativo disponibilizado pelo órgão gerenciador, mediante prévia consulta.

3.3.1. Os quantitativos fixados na ata de registro de preços não poderão ser acrescidos.

3.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3.4.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do Município enquanto a ata for vigente.

3.4.2. A vigência da ata não se confunde com a duração do contrato que dela surge, o qual deverá ser

assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, terá duração adstrita ao crédito orçamentário vigente e será regido na forma de sua instrumentalização, em observância ao artigo 95 da Lei 14.133/2021 e às disposições do edital da licitação que originou esta ata, em especiais seus itens 12, 13 e 14.

3.4.3. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3.5. Os preços registrados serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

3.6. A alteração e o cancelamento dos preços registrados se dará na forma do item 11 do edital da licitação que originou esta ata.

3.7. A aplicação de penalidades administrativas se dará na forma indicada no item 12 do edital da licitação que originou esta ata.

3.8 Fica eleito o foro do Município de Cândia Sales/BA para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Cândia Sales/BA, xxxxxxx de xxxxxx de 2024.

Prefeito Municipal

Representante do fornecedor